

# Polícia e Funai ficam alheias à morte da Irmã Cleusa Rody

O corpo da Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho, 52 anos, continuava, até a manhã de ontem, no igapó do rio Parciá, Lábrea, onde uma equipe da Prelazia do município, o encontrou, no último dia 3. A freira Agostiniana havia desaparecido no dia 27, quando se dirigiu ao rio Parciá, para tentar apaziguar um possível conflito envolvendo índios Apuriná. As informações repassadas, por telefone, a Congregação das Agostinianas, em Manaus,

ainda são evasivas, mas deixaram alguns dados novos tais como, o de que o corpo de Irmã Cleusa já está em decomposição, provavelmente com uma das pernas trespassadas. A freira estava vestida, com parte do corpo na água e outra parte na terra. A equipe da Prelazia, formada pelo Frei Jesus Moraza e mais cinco homens da comunidade, foi que efetivou a busca e localizou o corpo. A Polícia, segundo informações, não se envolveu no caso sob a alegação de que isso era incumbên-

cia da Funai, e esta, até ontem pela manhã, não havia providenciado a remoção do corpo da religiosa. O Coordenador Regional do CIMI Norte 1, Victor Kameyama, que passou todo o dia de ontem tentando para enviar táxi aéreo, para enviar alguém a Lábrea, o que não conseguiu em face do preço cobrado (seis milhões e 300 mil cruzeiros), mostrou-se muito preocupado com a morosidade da Funai em relação a este caso, que já resultou na morte de dois índios e da Irmã Cleusa.

## Irmã Paz fala da religiosa morta

*A mulher*  
05/05/85 AM. p. 3

"Uma mulher decidida quando se tratava de defender os empobrecidos, de jeito maternal e voz muitoterna", é assim que o indigenista, membro do Conselho Indigenista Missionário Norte 1, Ademir Ramos, define Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho, e esta é a opinião da totalidade das pessoas que conheceram a religiosa Agostiniana. Sua colega de Congregação e de trabalho, Irmã Paz, dizia ontem, sem esconder as lágrimas, que "Cleusa não era apenas uma pessoa muito inteligente, tinha uma característica maior que a fazia sobressair entre os demais o seu espírito de pobreza. A única coisa que ela possuía era a roupa do corpo, nem um relógio tinha, e em Lábrea, quando não estava com os índios, estava visitando os presos, os enfermos ou os Hansenianos. Não parava um minuto para pensar nela, dedicava-se inteiramente aos desfavorecidos". A Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho nasceu em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, em 12 de novembro de 1933, tendo entrado para o Noviciado



Irmã Cleusa (1º plano) em foto recente

na Congregação Agostiniana, em 2 de outubro de 1952, fazendo em outubro de 53 os seus primeiros votos. De 1967 a 1969, depois de muita insistência das suas colegas de Ordem religiosa, Irmã Cleusa aceitou ser Superiora da Congregação, em Lábrea, onde atualmente ora sub-coordenadora do CIMI. Em Manaus, trabalhou como professora de Religião nas escolas públicas. Em 76, quando morava na Igreja dos Remédios, onde funcionava provisoriamente a sede da sua Ordem, desenvolveu diversas atividades, com menores de rua. Em 56, co-fundou a Escola mantida pela Congregação em Lábrea, e anos antes, ajudou a criar um colégio em Vitória. Irmã Paz descarta a possibilidade da religiosa ter sido morta pelos Apuriná. "Os índios não teriam feito nada com ela, isso eu posso afirmar, eles tinham grande carinho por ela e diziam sempre: Cleusa é nossa. Não foram os índios que a mataram". O corpo da religiosa será enterrado no município de Lábrea, na área da Congregação a que pertencia.

## Terra é motivo de conflitos

Conflitos a que têm se submetido os índios Apuriná são antigos e a sua causa principal é a não definição da reserva indígena que se arrasta ao longo dos anos, através de promessas feitas por representantes da Funai. Cópias de documentos existentes no arquivo do Conselho Indigenista Missionário, do Regional Norte 1, mostram claramente os alertas feitos no passado, no sentido de evitar o que hoje se registra: assassinato de dois índios e a morte, não se sabe em que circunstâncias, de uma religiosa. Em 1980, no mês de abril, a Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho, enviava ao Delegado de 8ª DR da Funai de Porto Velho, Apoena Meirelles, uma carta na qual dizia: "Ontem, Agostinho, Tuxaua Apuriná, e Nilson, estiveram aqui. Passaram antes pela Delegacia, mas pouca atenção lhes deram. Queriam falar com você, mas não conseguiram ligação. Estão queixosos com a Funai que não lhes atende o pedido e vêem-se agora, ameaçados até de morte, aqui. A situação torna-se tensa por motivo de terra".

Em março de 80, a equipe de Pastoral Indigenista de Lábrea, enviava ao Delegado Apoena Meirelles uma outra comunicação: "Sabe-se de fontes seguras, que o senhor tem mudado o antigo plano de demarcação da área indígena dos índios Apuriná no Caitetu, na cidade de Lábrea, pretendendo dar-lhes lotes particulares em vez de uma terra comunitária. Sentimo-nos obrigados a advertir contra tal pretexto que contradiz ao Estatuto do Índio. Este se pronuncia contra propriedades particulares por ser fator de destruição e extermínio das comunidades indígenas. Foi o pró-

prio senhor que incentivou os índios Apuriná a se unirem numa terra a ser demarcada pela Funai, onde inclusive, já foram feitos piques com assistência do Sr. Dr. Abil, da Funai. Quais são os interesses que levaram o senhor a agir contra a vontade dos índios Apuriná e do próprio Estatuto do Índio, dando preferência a uns interessados da sociedade labrense, em vez de cumprir o dever de bom brasileiro, restituindo simplesmente o que sempre era direito dos índios; uma terra de posse comunitária, ficando a critério dos índios construírem nela o que lhes é o mais sagrado; a continuação de sua história, a vivência de sua cultura, a conservação de identidade étnica de sua comunidade e a defesa contra uma civilização, que com sua máquina sofisticada oprime e persegue em todos os setores da vida indígena".

Em julho de 1981, a Pastoral Indigenista da Prelazia de Lábrea divulgava, em forma de relatório, os conflitos que envolviam os Apuriná, e começa advertindo "desde os tempos primordiais, os Apuriná são conhecidos como um povo guerreiro, onde seus membros fazem justiça pelas próprias mãos. Olho por olho, dente por dente, é a lei que é transmitida de pai para filho". Em seguida alertava que a "situação destes índios na Prelazia de Lábrea não é das melhores; além da exploração de que são vítimas, não têm escola, nem atendimento de saúde e suas terras já são alvo da cobiça dos brancos. No município de Pauini, seringueiros e fazendeiros são os principais invasores. Em Lábrea, a terra do Caitetu pretendida pelos índios, está na mira de alguns brancos da cidade, que não conseguem mais disfarçar suas intenções e que contribuem para

umentar a tensão entre índios e pequenos agricultores que plantavam na área". Naquele ano, de acordo com o relatório, vários conflitos foram registrados, com assassinatos de índios e brancos, e sem qualquer posicionamento oficial para a resolução do impasse criado.

Um dos mais recentes documentos da Irmã Cleusa, endereçada ao CIMI/Norte 1, em 6 de abril deste ano, comenta a situação em que vivem os povos indígenas da área do Purus. No tópico a que se refere aos Apuriná, precisamente na área do Caitetu (uma espécie de bairro indígena no centro urbano de Lábrea) e onde se registrou este último conflito, a religiosa diz que esse local é antigo habitat dos Apuriná, atualmente ocupado por quatro aldeias, "Caitetu", "Arapaçu", "Japiim" e "Nova Esperança", e desde 1984, vem ocorrendo tensão entre os índios das aldeias "Japiim" e "Nova Esperança" e o rio Parciá, e os brancos que querem quebrar a castanha, como faziam antes da presença dos índios". A área do Caitetu, de acordo com memorial descritivos de delimitação, é de 358.300 hectares, com o perímetro de 410 Km. Irmã Cleusa escreveu ainda que "na área existe uma escola, sem professor, e muitos casos de tuberculose, sem se falar na problemática da malária em toda a região". A freira citava, também, o caso dos Apuriná que vivem em Pauini, num total de 700 pessoas, distribuídas em 29 seringais de "pretensos proprietários particulares, e principalmente, por terras pertencentes à Manasa - o maior latifúndio do Brasil, com 4.302.190 hectares e terras pertencentes à Fazenda Maripá".